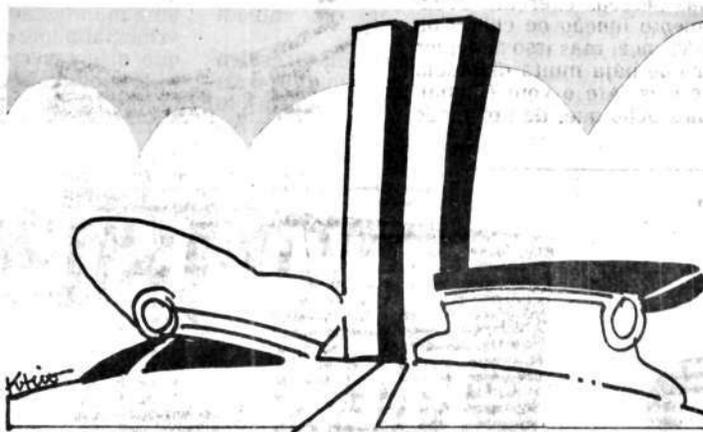


Consulta aos militares

OSVALDO PERALVA



não na qualidade de chefes militares.

Atitudes equívocas, como a do senador pefelista do Rio de Janeiro, para cuja eleição contribuir com meu humilde voto, não ajudam o processo de transição, e antes torna-se mais lento.

Os militares sempre influíram na política nacional, especialmente na fase republicana. Mesmo antes, participaram dos movimentos civis pela Independência, a Abolição e a República. Mais tarde, travaram as lutas do tenentismo. E, depois de servir de sustentáculo ao autoritarismo de Vargas, no Estado Novo, puseram abaixo o ditador e abriram caminho para a democratização do País. Daí por diante, nas crises políticas, eram aliciados pelos civis em busca de uma solução pela força. Até que, em março de 1964, assumiram diretamente o poder, do qual só se retiraram vinte anos depois, com a proclamação da Nova República.

O amadurecimento político dos brasileiros, demonstrado em memoráveis campanhas como a das diretas

já, destroçou os projetos continuistas dos remanescentes do sistema autoritário, contando para isso com a influência da parte mais lúcida dos chefes militares.

Depois de todas essas experiências, era de supor que os líderes civis deixassem em paz os militares e procurassem resolver, sem a força nem a ameaça de força, as suas divergências.

Não é o que vem acontecendo. Parlamentares e jornalistas argumentam com interpretações do que estariam pensando tais ou quais generais. E quando um deles fala, opinando de modo contrário a uma determinada posição, a opinião é considerada um veto. Como se não bastasse, o presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte reúne em almoço em sua casa os ministros militares como que a pedir licença para aprovação do parlamentarismo.

Se o assunto fosse específico da área militar, compreende-se que uma troca de idéias ou mesmo uma consulta fosse feita, tendo em vista uma votação com

conhecimento de causa. Mas a forma de governo, evidentemente, não altera em nada a situação dos militares.

No presidencialismo, as Forças Armadas têm como comandante supremo o Presidente da República. E o que acontece no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo. Nos regimes parlamentaristas, o comandante supremo é o chefe do Governo.

Em qualquer desses regimes, os ministros, sejam civis ou militares, têm o direito de manifestar de público sua opinião, salvo sobre assunto privativo do Presidente. Assim, na fase da guerra fria entre EUA e URSS, alguns oficiais-generais norte-americanos ameaçavam atacar a União Soviética com bombas atômicas. Ao assumir a Presidência, Kennedy proibiu-os de dar declarações sobre o assunto, dizendo que só ele, como chefe do Governo e comandante supremo das Forças Armadas, tinha autoridade para isso.

No Japão, onde vigora um regime parlamentarista, sob uma Constituição pacifista, militar não pode ser ministro, nem mesmo da Defesa, mas isso não impede que comandantes de tropa e outros oficiais se manifestem pela imprensa a respeito de diferentes problemas, como fazem os civis. Salvo, também aí, um assunto privativo do chefe do Governo. E quando eles falam, ninguém admite que estejam falando em nome de sua corporação.

A educação para a democracia, que pressupõe a plenitude do poder civil, está longe de ser alcançada. Alguns líderes políticos não conseguem viver sem apelar para os militares. E uma lástima.

ANC 14
Os fatos políticos dos últimos dias confirmam a observação do professor Paulo Sérgio Pinheiro de que a transição do regime militar para a plenitude do poder civil está sendo extremamente longa, talvez a mais longa da história de nosso País. Começou na presidência do general Ernesto Geisel e, em princípio, deveria concluir-se com a Constituição que está sendo elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte.

É de supor, contudo, que a presença militar permaneça além desse período, sobretudo devido à inexistência de uma poderosa consciência civilista entre os líderes políticos.

Nas duas questões mais candentes que agitam os constituintes, o mandato do Presidente e o sistema governamental, se parlamentarista ou presidencialista, os chefes militares têm sido consultados a respeito, como se estivessem investidos de soberania. Até o senador Afonso Arinos, com larga experiência política e com os conhecimentos teóricos de professor de Direito Constitucional, tomou a iniciativa de fazer uma consulta aos ministros militares, para proclamar depois que eles não constituem "obstáculo" ao parlamentarismo.

Os ministros militares encontram-se no desempenho de missão política, como auxiliares do Presidente da República. As Pastas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica já foram ocupadas por civis, em outros períodos da vida brasileira. Assim, quando eles manifestam sua opinião sobre qualquer tema em debate, deve-se entender que o fazem na qualidade de ministros, como os demais ministros, e